

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**OS LEGADOS NO CAMPO SOCIAL E EDUCACIONAL APÓS
REALIZAÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL**

*The legacies in the social and educational fields after the realization
mega sporting events in Brazil*

**Arestides Pereira da Silva Júnior¹, Ana Luiza Barborsa Anversa²,
Fernando Augusto Starepravo³, Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira³**

¹Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

²Faculdade Metropolitana de Maringá (UNIFAMMA)

³Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: O presente estudo visa discutir questões relacionadas ao aproveitamento dos legados intangíveis, ligados ao contexto social e educacional, após realização dos megaeventos esportivos no Brasil. As discussões apresentadas remetem a importância de o governo brasileiro realizar planejamentos coerentes e responsáveis, permitindo que os legados dos megaeventos esportivos sejam usufruídos pela população brasileira pós-eventos. Neste sentido, o investimento no contexto social e educacional é de suma importância, com destaque para as crianças e adolescentes, possibilitando ampliar e consolidar o aprendizado esportivo, os valores olímpicos e estimular a constituição de hábitos saudáveis à população.

Palavras-chave: Megaeventos Esportivos; Legados; Educação.

Abstract: The current study has the aim to discuss issues related to the utilization of legacies intangible, associated with social and educational contexts after the mega sporting events in Brazil. The herein presented discussions highlight the importance to have the Brazilian Government making coherent and responsible planning so that the Brazilian population can benefit from the legacies of these mega sporting events throughout time. Thus, investing in the social and educational contexts, especially when it comes to children and adolescents, is extremely important to broaden and consolidate the sports education, the Olympic values and to encourage the general population to adopt healthy habits.

Keywords: Mega Sporting Events; Legacie; Education.

1 INTRODUÇÃO

Na primeira edição dos Jogos Olímpicos da era moderna, na cidade de Atenas em 1896, seu idealizador, Pierre de Freddy, conhecido como Barão de Coubertin, enaltecia a sua preocupação em estimar a competição leal e sadia, valorizando o culto ao corpo e à atividade física (RUBIO, 2009). Na ocasião não se discutia sobre os legados¹ destes Jogos, no entanto, podem-se fazer inferências sobre as decorrências da realização do evento para a população, visando à promoção da paz e aceitação da proposta olímpica, tendo em vista os valores e os princípios éticos, pedagógicos e morais ressaltados nos Jogos daquela época, como “o estímulo à participação da mulher no esporte, a proteção ao atleta, o desenvolvimento sustentável, o respeito à Trégua Olímpica, a promoção da cultura e da educação olímpica e a organização dos Jogos Olímpicos” (RUBIO, 2009, p.75).

Atualmente, quando nos referimos aos legados dos megaeventos esportivos², é possível verificar que o assunto é abordado com maior ênfase ao desenvolvimento econômico e a construção de infraestrutura material para o país sede do evento (BERNABÉ; STAREPRAVO, 2014). Proni (2009) afirma que os países sede de megaeventos esportivos estão cada vez mais convencidos de que o retorno dos benefícios esperados superam os investimentos financeiros. Dessa forma, destacam-se os Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), Sydney (2000) e Beijing (2008) como exemplos bem sucedidos de realização do evento, pois além de seduzir o público deixaram legados para as cidades e os países sede.

O Brasil, na primeira década do século XXI entrou no “boom” dos grandes eventos esportivos com a realização dos Jogos Pan-americanos em 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações de Futebol em 2013 e, sobretudo, com os dois principais megaeventos esportivos do planeta, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Neste sentido, em tempos de megaeventos esportivos no Brasil, nota-se um grandioso investimento para a concretização e realização desses eventos, por exemplo, o custo total da Copa do Mundo de Futebol em 2014 foi de R\$ 27,1 bilhões e a estimativa para os Jogos Olímpicos em 2016 é de 37,7 bilhões, ambos os custos considerando o investimento de infraestrutura e legados (APO, 2015).

Com altos investimentos são notórios os legados tangíveis³ que ficam para o país sede do evento, pois normalmente são concretizados a curto e médio prazo e se destacam pela visualização do bem material, o que impressiona a população e garante reconhecimento político estratégico. Já para os legados intangíveis⁴, o processo de planejamento é mais complexo, pois consideram elementos de ordem imaterial e geralmente os resultados acontecem em longo prazo, não despertando o interesse de investimentos tanto do setor público quanto do privado. Contudo, tais legados são fundamentais, tendo em vista que estão relacionados com a educação, a cultura e o contexto social dos indivíduos, apresentando reflexos no estilo de vida, nos hábitos e costumes e por consequência na qualidade de vida e saúde da população em geral.

Nas últimas edições dos Jogos Olímpicos evidenciaram-se iniciativas com a preocupação de valorizar os legados intangíveis, sobretudo os ligados ao incentivo da prática de atividades físicas pela população em geral. No entanto, conforme Demarzo et al. (2014) ainda não existem evidências científicas que demonstrem que sediar os Jogos Olímpicos proporcione o aumento da participação da população na prática de atividades físicas e/ou esportivas, com consequente impacto positivo na promoção da saúde dos indivíduos da comunidade local, regional e nacional do país sede. Apesar da escassez de estudos científicos bem delineados que apresentem tal constatação, os pesquisadores ressaltam que isso não quer dizer necessariamente a ausência de benefícios, ao contrário, é consenso de que os Jogos trazem legados favoráveis, mas alertam a imprescindibilidade de estudos que deem suporte na monitorização e avaliação do impacto dos Jogos.

No mesmo direcionamento, Mahtani et al. (2013) realizaram uma revisão sistemática e Souza e Pappous

¹Trata-se de um conceito complexo, com muitos significados e que pode modificar-se de acordo com o contexto e ao longo do tempo. Villano e Terra (2008) revelam que o termo está associado a uma herança duradoura à cidade, região ou país provocado por ações da realização de evento esportivo.

²São eventos de caráter extraordinário, de grande escala que envolve grande número de participantes de diferentes nações, e que, a despeito do significativo período de tempo necessário para a sua preparação, se efetivam em curto período de tempo (ROCHE, 2000).

³Conforme Mazo, Rolim e Da Costa (2008) e Dantas Junior (2013) o legado tangível ou material refere-se a toda infraestrutura do megaevento, desde as instalações esportivas até as reformas ou construções nas cidades e/ou países, sendo ele suscetível a análise econômica de custo-benefício.

⁴Segundo Mazo, Rolim e Da Costa (2008) e Dantas Junior (2013) o legado intangível ou imaterial é entendido como aquele direcionado ao impacto cultural e social que repercutem de formas diversas na população, sobretudo no que se perpetua enquanto aprendizado e hábitos dos indivíduos da localidade.

(2013) um levantamento da literatura, para investigar se após a realização de megaeventos esportivos houve o aumento da prática atividades físicas e esportivas pela população. Em ambos os estudos, os autores concluíram que não existem indícios científicos suficientes que relacionem de forma direta a realização de megaeventos esportivos com o aumento da prática de atividade física e esportiva na população pós-evento.

Dantas Junior (2013) afirma que mesmo sabendo da importância dos legados intangíveis, sobretudo na dimensão educativa e de formação social, no planejamento das ações para os megaeventos esportivos que serão realizados no Brasil, não é dada a devida importância a estes aspectos, ao contrário, os “holofotes” são voltados para as questões econômicas e a melhoria da infraestrutura que são os chamarizes do evento.

Considerando a importância dos legados intangíveis para a população do país sede dos megaeventos esportivos, questiona-se: *Quais ações vêm sendo realizadas para fortalecer a concretização dos legados intangíveis? Até que ponto a realização dos megaeventos esportivos no Brasil deixará legados na dimensão social e educacional?*

Embora nos últimos anos se visualize um aumento considerável no número de produções científicas que abordam a temática megaeventos esportivos e seus legados no contexto brasileiro (DA COSTA et al., 2008; TAVARES, 2011; MASCARENHAS, 2012; MARCELLINO, 2013; MARCHI JÚNIOR, et al., 2014; MARINHO; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2014; SILVA et al., 2015), ainda são escassas as publicações no campo científico que discutam os legados intangíveis. Bernabé e Starepravo (2014) explicam que dentre estes legados destaca-se a contribuição dos megaeventos esportivos na educação, principalmente na Educação Física (EF), por ser uma área que abrange as discussões sobre o esporte, as práticas corporais e o desenvolvimento físico.

Nesse sentido, Mascarenhas (2012) ressalta a necessidade da adoção de uma postura crítica por parte dos profissionais de EF, aprofundamento nas reflexões e debates sobre os legados dos megaeventos esportivos e suas relações e interlocuções com a área, o esporte, a escola em geral, os projetos educacionais e os hábitos da população. Dessa forma, o presente estudo visa apontar e discutir questões relacionadas ao aproveitamento dos megaeventos esportivos no Brasil, sobretudo os legados intangíveis ligados ao contexto social e educacional. Para tanto, utilizou-se como aporte metodológico a análise bibliográfica de pesquisas científicas na EF e áreas afins, ensaios, escritos informativos, dados estatísticos e levantamentos gerais que contemplem e/ou tenham relação com a temática apresentada.

2 REFLEXÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS LEGADOS TANGÍVEIS E A DEPRECIAÇÃO DOS INTANGÍVEIS: IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL

A falta de planejamento antecipado e de suporte acadêmico sobre os legados dificultam e/ou impedem o cumprimento dos objetivos propostos para os megaeventos, seja na utilização das estruturas físicas ou no desenvolvimento de propostas que contemplem e valorizem as necessidades e potencialidades do contexto e/ou população. Nesse sentido, é fundamental ampliar o foco das ações para potencializar os legados que estes eventos poderiam efetivar (ALMEIDA; MEZZADRI; MARCHI JÚNIOR, 2009). Algumas questões são indispensáveis: *Como as estruturas físicas serão aproveitadas pós-evento? Existem projetos de parceria entre os governos (federal, estadual e municipal), empresas e universidades para fortalecer os possíveis legados? Quais são as ações de cunho educacional, social e cultural que podem “dar vida” às instalações esportivas? Enfim, os legados tangíveis serão otimizados para a concretização dos legados intangíveis?*

Diariamente é noticiado pela mídia que as ações desenvolvidas para a realização dos megaeventos esportivos oneram os cofres públicos por falta de planejamento e, como consequência, temos ações imediatistas com pouca visibilidade de projetos que transcendam o momento do evento. Parece que as ações são realizadas mais para cumprimento de prazos atrasados ou por forças políticas, ao invés de um planejamento coerente e respaldado tecnicamente. Rodrigues e Pinto (2008) apontam à necessidade de se pensar a gestão dos legados para além do esporte de rendimento e interesses particulares de pequenos grupos, faz-se necessário contemplar o desenvolvimento sustentável e respeitar as necessidades da sociedade em geral. A falta de planejamento ou divisão igualitária das ações pode gerar impacto negativo nos setores da saúde, educação, moradia, trabalho, cultura e lazer.

Como exemplo dessa falta de planejamento no contexto brasileiro tem-se a construção de complexos esportivos para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, que atualmente encontram-se desativados

ou pouco utilizados, como o Parque Aquático Maria Lenk, o Velódromo da Barra e o Estádio Olímpico João Havelange, popularmente conhecido como Engenhão. Os exemplos citados não foram projetados com a finalidade de democratizar os espaços para a prática esportiva da população em geral, que poderia fortalecer a concretização de legados intangíveis, ou seja, as instalações esportivas cumpriram o seu papel momentâneo nas competições do Pan-americano, sem maior preocupação e planejamento com a destinação das estruturas pós-evento, tornando um problema a ser resolvido e gerenciado. Para Vainer (2011) as obras dos megaeventos esportivos podem se tornar “elefantes brancos” devido à falta de interesse público em administrar os centros esportivos e pela falta de incentivo ao uso.

O que se faz contraditório, uma vez que no Brasil faltam espaços para a prática esportiva da população, e mesmo com a implantação de vários recintos esportivos construídos para a Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, não serão suficientes para atender a demanda esportiva no país. Assim, reitera-se a necessidade de um planejamento que visualize o usufruto das instalações pós-evento ou corre-se o risco de perder ou não aproveitar como deveria as instalações esportivas destes megaeventos esportivos.

Por exemplo, a Copa do Mundo da África do Sul 2010 foi considerado um evento positivo para o país no que diz respeito ao cenário político, pois pode mostrar ao mundo que foi capaz de promover a competição, dentro de suas limitações, de forma digna. No entanto, quanto ao legado das instalações físicas, alguns dos seus estádios já são tidos como “elefantes brancos”, tendo em vista os custos onerosos de manutenção física que ultrapassam 10% ao ano do seu valor atualizado, bem como a falta de eventos esportivos (principalmente o futebol) que movimentem as instalações e aumentem a arrecadação para a manutenção fazem com que os mesmos sejam visualizados apenas como monumentos, que aos poucos vão se deteriorando em decorrência da falta de manutenção. Mesmo com o fim da Copa do Mundo de Futebol, o país ainda luta para manter os estádios utilizados na competição, tentando aproveitar as estruturas para shows variados, eventos do governo e até mesmo cerimônias religiosas (COTLE; CAPELA; MEIRINHO, 2013).

É evidente que existem diferenças entre o Brasil e a África do Sul, tanto em relação às condições econômicas, sociais, culturais quanto à prática do futebol, pois no Brasil este esporte é apreciado pela população em geral, dos praticantes (atletas profissionais) aos espectadores, já na África do Sul esta modalidade esportiva não tem a mesma notoriedade. No entanto, tais diferenças não são suficientes para garantir que os mesmos problemas ocorridos lá não acontecerão aqui.

O Brasil, considerado o “país do futebol” teve com a Copa de 2014 a oportunidade de dar um salto de modernização em vários aspectos, principalmente referente às instalações físicas. Foram doze sedes (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo) situadas nas cinco regiões do Brasil. A escolha das cidades sedes da Copa foi realizada considerando vários aspectos, dentre os quais o político foi o principal, no intuito de apresentar ao mundo outras regiões potenciais do país, explorar e incentivar o turismo nestas localidades, estimular a urbanização, infraestrutura básica, dentre outros. Com base em Starepravo (2011) podemos destacar que, por vezes, a dimensão política prevalece sobre a dimensão burocrática na execução das políticas públicas de esporte e lazer, o que parece ter ocorrido na escolha das cidades sede da Copa do Mundo de 2014.

Nessa direção, podem-se citar os exemplos de Manaus, Cuiabá e Natal como fortes candidatas a se tornarem “monumentos fantasmas”, tendo em vista a grandiosidade das obras com a pequena expressão das equipes que participam dos campeonatos ali disputados, bem como o baixo número de espectadores. O Instituto Dinamarquês de Estudos do Esporte já antecipava tal constatação em levantamento feito em 2012, no qual previa esses estádios citados, juntamente com o de Brasília como possíveis futuros “elefantes brancos”, considerando as baixas médias de públicos dos clubes locais destes estados (COELHO, 2012).

Para refletir sobre o investimento, utilizamos a obra da Arena da Amazônia e a quantidade de quadras de esportes disponíveis nas escolas brasileiras como exemplo. A grandiosa e luxuosa instalação esportiva está localizada em Manaus, cidade com um pouco mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2015), as principais equipes de Futebol do Estado são Penarol, Nacional e Fast Clube. A média de público do campeonato estadual de 2015 foi de 659 pagantes (CHADE, 2015), a capacidade total da Arena foi projetada para 44.310 espectadores e com investimento total da obra de R\$ 605 milhões (PORTAL 2014, 2014). Por outro lado temos a escassez de quadras esportivas para as aulas de EF nas escolas brasileiras, em que apenas 27,5% das escolas públicas do Ensino Fundamental possuem quadras cobertas poliesportivas (MEC/INEP/DEED, 2011). Tal problema

afeta diretamente a qualidade das aulas e a saúde de milhares de professores e alunos, colocados em situações vulneráveis.

Nesse sentido, realizamos o exercício de converter o investimento da Arena Amazônia em Quadras Poliesportivas Cobertas para as aulas de EF e a quantidade de beneficiados que seriam atendidos por semana. Nesse exercício dividimos o investimento total da obra (R\$ 605 milhões) pelo valor de R\$ 490 mil por quadra (valor referência do Programa Proinfância e para a construção de quadras esportivas escolares cobertas – Ministério da Educação, 2013), o que possibilitou chegar-se ao total de 1.235 quadras. Considerando que cada quadra poderia atender em média 500 crianças e adolescentes semanalmente (minimamente), totaliza-se 617.500 beneficiados. Essa condição daria para atender a todos os municípios do Estado do Amazonas com vinte quadras cobertas em cada um deles, uma vez que o estado possui 62 municípios.

No entanto, atualmente a Arena da Amazônia recebe poucos eventos e tem grande prejuízo na manutenção da instalação. Nem mesmo os clubes do Estado têm interesse em realizar jogos no estádio durante o campeonato estadual, tendo em vista que a arrecadação não compensa o investimento de aluguel do equipamento. Diante dos prejuízos, o Governo do Estado do Amazonas decidiu que possivelmente irá privatizar a Arena da Amazônia, no entanto, devido ao fato de ter sido uma das sedes do torneio de futebol nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, tal processo de privatização foi prorrogado (SEGALLA, 2015).

Essa reflexão sobre estes dados se justifica no sentido de mostrar que o investimento é alto e que poderia ser mais bem utilizado em outros setores que carecem de melhorias, como é o caso da educação de forma geral e mais especificadamente a EF. Aqui podemos destacar que em muitos casos não se trata nem de melhoria, se trata de construção, pois não existem tais instalações.

É importante salientar que apenas a construção das quadras cobertas não é suficiente para o desenvolvimento de uma cultura esportiva, faz-se necessário também à manutenção destes espaços, o aumento da abrangência dos programas sociais esportivos, bem como o fortalecimento da EF na escola. Tais aspectos poderiam possibilitar uma nova visão a respeito da prática de atividade física e do esporte e com isso aumentar o número de praticantes, bem como melhorar o nível de conhecimento dos envolvidos.

3 O INCENTIVO À PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA, OS VALORES OLÍMPICOS E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO LEGADOS NO CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL

A prática de atividade física é reconhecida cientificamente por seus benefícios para a promoção da saúde dos indivíduos. No entanto, pesquisas no contexto brasileiro vêm demonstrando que os índices de atividade física da população não são satisfatórios. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada por meio de parceria entre o Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que 63,1% dos adolescentes foram classificados como insuficientemente ativos (BRASIL, 2012). O Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte) realizado pelo Ministério do Esporte revela que 45,9% da população adulta brasileira é sedentária (BRASIL, 2015).

Considerando o panorama do percentual de sedentários no Brasil, o Diesporte apresenta dados importantes que devem ser considerados na construção de políticas públicas que fortaleçam e incentivem a prática de atividades físicas no país. O Diagnóstico apontou que a escola/universidade com a orientação do professor de EF (48%) é o local no qual o brasileiro inicia a sua prática esportiva. Outro dado que merece atenção é de que a prática esportiva ou de atividade física geralmente inicia na infância – entre 6 e 10 anos (37,9%) ou na adolescência – entre 11 e 14 anos (31,4%). Ou seja, pode-se inferir que os resultados reforçam a importância da escola, da disciplina de EF e do respectivo professor no estímulo, incentivo e orientação à prática de atividade física, sobretudo na população jovem.

No entanto, Silva et al. (2015) argumentam que ao se tratar sobre megaeventos esportivos na escola, normalmente as ações se voltam para o esporte de rendimento e não como um dos elementos da cultura corporal. Os autores ressaltam que se faz necessário um desenvolvimento do esporte e da temática megaeventos sobre a perspectiva pedagógica, trabalhando a abrangência do tema e momento esportivo, incluindo estudos socioculturais e experiências das múltiplas práticas envolvidas. Nesse sentido, Silva (2013) aponta que os governos devem criar oportunidades para os professores de EF terem acesso aos novos conhecimentos produzidos sobre a

temática, garantindo um processo de formação continuada aos mesmos para que possam desenvolver na escola projetos comprometidos com a emancipação dos estudantes, ou seja, formando-os não como consumidores dos espetáculos e produtos esportivos, mas conhecedores da prática em seus múltiplos aspectos, desconstruindo visões de senso comum (DAÓLIO, 2013).

Nessa lógica, Mezzaroba, Messa e Pires (2011, p. 27) afirmam que:

A discussão em torno dos megaeventos esportivos no Brasil deve levar em conta a sua capacidade de mobilização de valores (simbólicos, políticos, ideológicos e econômicos) e de produção/circulação de representações diversas que se mesclam ao acontecimento esportivo em si, ampliando-o em suas significações para algo que extrapola em muito o campo esportivo, para instituir-se na pauta da dinâmica cultural mais ampla do país.

Rubio (2009) ressalta a importância de refletir e discutir a função da educação olímpica, principalmente no momento atual em que vivemos, marcado por diferenças culturais, econômicas e sociais. É necessário um meio (processo) para que isso aconteça – a realização do evento por si só não garante isso. Com base em DaCosta, Glomb e Godoy (2002), é preciso discutir os megaeventos e suas relações com temas emergentes da sociedade, relacionando a temática com os impactos do evento no meio ambiente e as mudanças urbanas, o papel da mulher na sociedade e a importância da igualdade entre os povos, construindo relações de respeito e equidade, promoção do fair play em atividades esportivas e cotidianas, fomentando a ética e respeito as diferenças, evitando-se a desigualdade e exclusão entre outras.

A proposta dos legados intangíveis apresentada nos Cadernos de Legados Rio 2016 pelo Ministério do Esporte aponta dois eixos para nortear os legados, sendo o primeiro a “inclusão social, juventude, esporte e educação”, e o segundo a “regeneração urbana e meio ambiente”. Dentre o primeiro eixo de legados, no qual podemos encontrar maior ênfase dos legados intangíveis, destaca-se a asseveração dos Programas Segundo Tempo e Mais Educação. Além destes programas, outra iniciativa do Governo é o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que por sua vez alcança larga faixa da população em centenas de municípios brasileiros.

Com a realização dos megaeventos esportivos no Brasil, houve promessa por parte do Governo Federal de incremento de projetos sociais que fazem a conexão entre o esporte e a educação, dentre os quais são citados no Dossiê de Candidatura Rio de Janeiro 2016:

O crescimento do Programa Segundo Tempo (PST), um programa apoiado pelas Nações Unidas, que dá acesso ao esporte nas escolas públicas, incluindo, atualmente, um milhão de crianças. De 2009 a 2016, o PST crescerá até abranger 3 milhões de crianças brasileiras;

Um investimento de mais de US\$ 400 milhões entre 2009 e 2016 no Mais Educação, um programa federal de financiamento de infraestruturas esportivas nas escolas públicas. Os métodos de ensino de educação física e esportiva serão melhorados, reforçando o objetivo global, que é popularizar as aulas de educação física e esportiva em todos os estabelecimentos escolares (RIO 2016, 2009, p. 24).

Tais promessas de ampliação dos projetos sociais parece ter sido concretizada, sobretudo com o fortalecimento da ação intersetorial do Governo Federal, no qual integrou o PST do Ministério do Esporte ao Programa Mais Educação do Ministério da Educação, de forma que o projeto esteja inserido no esporte da escola e integrado ao projeto pedagógico das escolas. A integração destes projetos é denominada de “Esporte da Escola” e atualmente atende mais de quatro milhões de beneficiados (BRASIL, 2016). No entanto, sabemos que apesar da ampliação do quantitativo da população atendida pelos programas, ainda são necessários investimentos para a melhoria da qualidade desse atendimento.

Nesse sentido, são necessários recursos para tais investimentos, mas o que se constatou no orçamento total do Ministério do Esporte para o ano de 2015 é uma divisão bastante desproporcional, ou seja, do recurso de R\$ 2,3 bilhões proposto à pasta, R\$ 1,9 bilhão é destinado para os megaeventos e esporte de rendimento e a menor “fatia do bolo”, totalizando R\$ 375 milhões ao esporte educacional, de lazer e de inclusão social (BRASIL, 2014). Tal constatação demonstra que o investimento ao aspecto social e educacional do esporte fica muito aquém de suas necessidades e representatividade. Além disso, essa evidencia vai contra ao que a Constituição Federal de 1988 prevê no Art. 217, II - “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto

educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento” (BRASIL, 1988).

Tendo em vista que o maior investimento é aplicado na infraestrutura dos megaeventos, espera-se que o Governo planeje com coerência e responsabilidade o alto investimento dos megaeventos no Brasil e considere questões, como: *Existem projetos para qualificação e utilização das instalações esportivas após a realização dos megaeventos? Quais projetos esportivos de caráter educativo e social serão implantados nestas instalações para democratização do esporte? Como será a relação dos projetos esportivos e sociais com a escola?* Pelos documentos apresentados e disponibilizados essas são apenas questões sem respostas e/ou planos efetivos. Infelizmente, estima-se que se repetirá o que ocorreu na Copa do Mundo de Futebol, ou seja, muitos espaços ociosos e sem destinação e/ou projetos que os viabilizem, dando o devido retorno social à população brasileira.

Mascarenhas (2012) avalia que boa parte das promessas do governo, em virtude principalmente dos Jogos Olímpicos no Brasil, chegarão às escolas. No entanto, o autor faz uma crítica de como tais investimentos serão implementados, pois não há uma política governamental que dê conta da efetividade e concretização das ações, ficando totalmente condicionada à experiência compartilhada pelos sujeitos da escola.

Para que isto seja minimizado, Bernabé e Starepravo (2014) apontam serem necessários maiores investimentos por parte do governo na instituição escolar, promovendo projetos e instituindo políticas públicas efetivas, principalmente na disciplina de EF por lidar diretamente com o esporte. Na mesma direção, Silva et al. (2015) afirmam que a mudança de comportamento da população, no sentido de se ter indivíduos mais saudáveis por meio da prática esportiva e de atividade física passa por um processo complexo que tem o seu início na escola. Por isso, apontam a qualificação pedagógica dos professores de EF e a ampliação da cultura esportiva nas aulas, de forma que as práticas esportivas sejam ressignificadas e transcendam o formato tradicional ou o velho “rola a bola”.

Investir no contexto educacional e social é promover o fortalecimento das possibilidades que os indivíduos terão de melhor gerenciar suas condições de vida e saúde. Neste sentido, a realização dos megaeventos esportivos poderá trazer legados positivos, desde que as ações de planejamento complementem as dimensões estruturais e de infraestrutura, promovendo investimento no ser humano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que os documentos de planejamento e estratégias contemplem os possíveis legados intangíveis que a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos trariam à população brasileira, o que se observa na prática é a valorização à infraestrutura do evento (arenas, complexos esportivos, aeroportos, mobilidade urbana...) e o descaso com os legados no contexto social e educacional.

Ainda são tímidas e limitadas as iniciativas que o Governo Federal em parceria com os comitês organizadores dos eventos e demais instituições envolvidas no planejamento de estratégias e ações que fortaleçam a concretização dos legados intangíveis. Dentre as ações concretadas, destacam-se poucos programas, tais como o “PST” e o “PELC”, vinculados ao Ministério do Esporte e o “Mais Educação” ao Ministério da Educação.

No entanto, salienta-se que devido a não materialidade de mensuração e sua concretização a médio e longo prazo, a manifestação dos legados intangíveis podem vir a acontecer, seja das poucas ações que foram colocadas em prática ou das muitas que ainda poderão ser realizadas. É uma questão de planejamento imediato para “correr atrás do prejuízo” e possibilitar à população brasileira a concretização de legados no campo social e educacional que possam trazer uma herança cultural frente ao aumento do número de praticantes de esportes e de atividade física, bem como o nível de conhecimento dos indivíduos aos temas relacionados.

Neste sentido, ressalta-se a importância do trabalho começar na escola, por se tratar de um ambiente propício para disseminar questões sociais e educacionais aos jovens em fase de aprendizado. Assim, torna-se necessário investimento na qualidade da disciplina de EF, com infraestrutura apropriada, materiais suficientes e em bom estado de conservação, professores com qualificação pedagógica e bem remunerados.

A relação entre altos investimentos para a realização de um megaevento esportivo e as incertezas e reflexões sobre os possíveis legados, sobretudo os intangíveis não se esgotam neste ensaio. Há a necessidade de discussões e análises contínuas a respeito das consequências positivas e negativas da realização de eventos deste porte.

No entanto, os esforços são para catalisar o que há de melhor e potencializar os altos investimentos em prol da população em geral e não restrita a uma pequena camada dela.

Como frisado no texto, é fundamental que o governo brasileiro realize um planejamento coerente e responsável, permitindo que os legados da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 sejam usufruídos pela população brasileira pós-eventos. Neste sentido, o investimento no contexto social e educacional é de suma importância à população, possibilitando perpetuar aprendizado e mudanças de hábitos nos cidadãos, especialmente em uma época de descontentamento popular frente aos problemas sociais emergentes do país, como: saúde, segurança pública, educação, moradia, transporte, corrupção.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. Considerações simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 21, n. 32/33, p. 178-92, 2009.

BERNABÉ, A. P.; STAREPRAVO, F. A. Megaeventos esportivos: o desenvolvimento do legado esportivo educacional. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 456-71, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proinfância e quadras esportivas escolares**. Orientações gerais para preenchimento dos dados no SIMEC. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/arquivos/category/130-proinfancia?download=8042:proinfancia-e-quadras-escolares-preenchimento-no-simec>>. Acessado em: 17 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/comentarios.pdf>>. Acessado em: 02 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Caderno de Legados**. 2009. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosBrasil.pdf>>. Acessado em: 22 de março de 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diesporte - Diagnóstico Nacional do Esporte - Caderno I**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf>. Acessado em: 30 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016**. 2009. Disponível em: <http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf>. Acessado em: 13 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo-na-escola>>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2015: projeto de lei orçamentária**. - Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/PLOA2015/Volume_II_PLOA_2015.pdf>. Acessado em: 11 de fevereiro de 2016.

CHADE, J. **FIFA fatura 16 bilhões com a disputa da copa do mundo no Brasil**. Estadão. São Paulo, 19 de março de 2015. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-fatura-r-16-bilhoes-com-a-disputa-da-copa-do-mundo-no-brasil,1653669>>. Acessado em: 27 de março de 2016.

COELHO, R. D. **Quatro dos 12 estádios da copa podem ser 'elefantes brancos' após torneio**, diz estudo. UOL, São Paulo, 24 out. 2012. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/10/24/quatro>>

[dos-12-estadios-da-copa-devem-ser-elefantes-brancos-apos-torneio-diz-estudo.htm](#)>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2016.

COTLE, E.; CAPELA, P. R. C.; MEIRINHO, A. F. Uma lição vinda da África do sul: os cartéis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da copa do mundo FIFA 2014 no Brasil? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 25, n. 41, p. 166-75, 2013.

Da COSTA, L. P. RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

Da COSTA, L. P.; GLOMB, M. P.; GODOY, L. Educação olímpica no ensino fundamental. In: Da COSTA, L. P.; TURINI, M. (Ed.). **Estudos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. p. 343-54.

DANTAS JUNIOR, H. S. Espetacularização da escola: a educação física, o esporte e os megaeventos esportivos. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 33-44, 2013.

DAÓLIO, J. Educação física escolar e megaeventos esportivos: desafios e possibilidade. **Kinesis**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 125-37, 2013.

DEMARZO, M. M. P.; MAHTANI, K. R.; SLIGHT, S. P.; BARTON, C.; BLAKEMAN, T.; PROTHEROE, J. Legado olímpico para o Brasil: questão de saúde pública? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 8-10, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=130260>>. Acessado em: 15 de abril de 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica: 2011** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

MAHTANI, K. R.; PROTHEROE, J.; SLIGHT, S. P.; DEMARZO, M. M. P.; BLAKEMAN, T.; BARTON, C. A.; BRIJNATH, B.; ROBERTS, N. Can the London 2012 Olympics ‘inspire a generation’ to do more physical or sporting activities? An overview of systematic reviews. **BMJ Open**, London, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2013.

MARCELLINO, N. C. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Campinas: Papyrus, 2013.

MARCHI JÚNIOR, W.; BOLSMANN, C.; ALMEIDA, B. S.; SOUZA, J. A copa do mundo Fifa na África do Sul/2010 – como foi a experiência e o que podemos aprender com ela? **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 711-33, 2014.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, 2012.

MAZO, J. Z.; ROLIM, L. H.; DA COSTA, L. Em Busca de uma Definição de Legado na Perspectiva de Megaeventos Olímpicos. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; Da COSTA, L. P. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Conselho Federal de Educação Física, Ministério do Esporte, 2008. p. 189-93.

MEZZARоба, C.; MESSA, F.; PIRES, G. L. Quadro teórico-conceitual de referência: megaeventos e o agendamento midiático-esportivo. In: PIRES, G. L. (Org.). **O Brasil na copa, a copa no Brasil**: registros de agendamento para 2014 na cobertura da midiática da Copa da África do Sul. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011. p. 21-45.

PORTAL 2014. **Arena da Amazônia**. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/andamento-obras/12/Arena+da+Amazonia.html>>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2016.

PRONI, M. W. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. **Motrivivência, Florianópolis**, v. 21, n. 32/33, p. 49-70, 2009.

ROCHE, M. **Mega-events and modernity: olympics and expos in the growth of global culture**. New York: Routledge, 2000.

RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M. Subsídios para pensar os legados de megaeventos esportivos em seus

tempos presente, passado e futuro. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; Da COSTA, L. P. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 21-25.

RUBIO, K. O legado educativo dos megaeventos esportivos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 21, n. 32/33, p. 71-88, 2009.

SEGALLA, V. **Por Olimpíada, governo deverá perder mais de R\$ 10 mi com Arena Amazônia**. UOL, São Paulo, 18 mar. 2015. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2015/03/18/por-olimpiada-governo-devera-perder-mais-de-r-10-mi-com-arena-amazonia.htm>>. Acessado em: 19 de março de 2016.

SILVA, E. A. P. C.; RECHIA, S.; SILVA, P. P. C.; ASSIS, T. S.; FREITAS, C. M. S. M. O jogo das cidades em tempos de megaeventos esportivos: algumas reflexões. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 249-60, 2015.

SILVA, C. L. Legados de megaeventos esportivos: perdas e ganhos para a educação física escolar. MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papyrus, 2013.

SOUZA, D. L.; PAPPOUS, S. Legados esportivos de megaeventos esportivos: uma revisão da literatura. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 25, n. 41, p. 42-56, 2013.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 245-55, 2010.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TAVARES, O. Megaeventos esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, out. 2011.

VAINER, C. B. Prefácio. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 9-15.

VILLANO, B.; TERRA, R. Definindo a temática de legados de megaevento esportivos. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; Da COSTA, L. P. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Conselho Federal de Educação Física, Ministério do Esporte, 2008. p. 103-5.

Autor correspondente: **Arestides Pereira da Silva Júnior**

E-mail: arestidesjunior2000@yahoo.com.br

Recebido em 21 de novembro de 2016.

Aceito em 07 de março de 2017.